



Os Indicadores e a Pesquisa em Comunicação¹

Richard ROMANCINI²

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

O artigo discute o que são “indicadores”, buscando evidenciar o uso e a importância dos mesmos na pesquisa empírica. Destaca, em particular, o caso da área da Comunicação no Brasil, em que, nos últimos anos, vêm sendo realizados alguns estudos e propostas com respeito à utilização de indicadores com fins programáticos (de avaliação de determinada realidade) e também teóricos (decompondo conceitos). Adicionalmente, nota-se a importância de superar dicotomias entre abordagens qualitativas e quantitativas nas investigações, ressaltando que o uso de indicadores pode ser integrado às pesquisas que utilizem principalmente dados qualitativos; bem como, evidências deste tipo podem ajudar a analisar ou construir os próprios indicadores.

PALAVRAS-CHAVE: indicadores, pesquisa em comunicação; metodologia; triangulação.

1 Introdução

Costuma-se dizer que as ciências humanas e sociais passaram, nas últimas décadas, por uma “virada qualitativa” (*qualitative turn*). Para um autor como Jensen (1993), na investigação da comunicação de massa, as abordagens qualitativas eram possivelmente predominantes já na década de 1990, no contexto internacional. É provável que isso também ocorresse no Brasil. Isso pode justificar, ou pelo menos reforçar, o baixo interesse, uso e reflexão sobre os “indicadores” na pesquisa comunicacional no país, de maneira geral e até recentemente, na medida em que estes são expressos, na maioria das vezes, de forma numérica, quantitativa.

Observa-se, porém, nos últimos anos, no plano internacional, um “interesse crescente no que se refere ao pluralismo metodológico e à abertura, após várias décadas em que prevaleceram as ‘guerras de paradigmas’” (Duarte, 2009, 3). No caso da situação local, como se mostrará, no que se refere aos indicadores, essa tendência emerge também. Ou seja, alguns estudos, relativamente recentes, passaram a discutir e utilizar indicadores. É relevante, portanto, discuti-los, bem como refletir sobre as possibilidades de integração metodológica dos indicadores a orientações diversas da quantitativa.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pesquisador de Centro de Estudos do Campo da Comunicação (CECOM) da ECA/USP e professor do curso Gestão da Comunicação, CCA-ECA-USP, email: richard.romancini@gmail.com.

Acredita-se, na verdade, que proposições como as feitas, há décadas, por autores como Horkheimer e Adorno (1973 [1956]), já demonstraram bastante bem o elemento qualitativo que existe na quantificação, assim como a pertinência do inquérito quantitativo da sociedade. De certo, como notam os autores, os “elementos cognitivos que servem de ponte entre os métodos estatísticos e sua apropriada aplicação a determinados conteúdos são, de um modo geral, de natureza qualitativa” e, por conseguinte, deve-se reconhecer a “necessidade de análise qualitativa, não só como integração, mas também como elemento constitutivo da investigação social empírica” (Horkheimer e Adorno, 1973 [1956], 125). Em reforço a esse juízo, algumas considerações adicionais sobre a possibilidade da integração metodológica serão realizadas, ao fim do trabalho.

2 Dados, indicadores e índices

Convém explicitar os principais termos da discussão correlatos ao de “indicador”. Assim, pode-se, em termos sociológicos, entender um “dado” como qualquer informação, de caráter quantitativo ou qualitativo, que resulte de observação sobre um fenômeno ou objeto da realidade obtida com o uso de um instrumento de pesquisa ou procedimento sistemático³. Um “indicador”, em termos mais gerais, remete à noção de um dado, ou conjunto de informações, estruturado de modo a explicitar, apontar, “indicar”, descrever, comumente para favorecer análises, determinado aspecto da realidade social. Desse modo, como observa Carley (1981), os indicadores sociais possuem duas características importantes: são *substitutos* e são *medidas*. Eles não representam a si mesmos, mas procuram traduzir determinado conceito social abstrato ou não-mensurável em termos operacionais, referindo-se às informações, potencialmente quantificáveis, em alguma escala ordenada.

Um índice ou indicador composto, por sua vez, tem um sentido ainda mais abstrato, procurando mensurar ou representar, a partir de um grupo de indicadores, determinada noção ou conceito. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), atualmente bastante conhecido, é estabelecido a partir de um conjunto de indicadores

³ A literatura metodológica geralmente trata os termos “informação” e “dado” de modo intercambiável, porém algumas discussões destacam o elemento semântico da “informação”, o aspecto de transferência ou geração de conhecimento, contido nesta noção (Barreto, 2005). Assim, um dado pode ter uma dimensão informativa, mas isso não ocorre sempre, isto é, há dados não inteligíveis ou cuja compreensão pode ser dificultosa, requerendo manipulação para adquirir significado.



sociais (sobre educação, expectativa de vida e renda), e mostra a tentativa de sintetizar um conceito complexo num índice numérico.

No mundo moderno, dois espaços foram os responsáveis pelas principais reflexões, produção e uso de indicadores da sociedade, muitas vezes com interação mútua ou confluência: as ciências sociais (CS) e o poder público. É neste último âmbito que surgiram, já na Antiguidade, estatísticas sociais e demográficas (com os censos), tendo principalmente objetivos fiscais e militares. Esforços mais sistemáticos de coleta e organização de dados econômicos, sociais e demográficos ocorreram, porém, somente a partir do século XVII, geralmente amparados pelos governos. Não por acaso, o termo “estatística” deriva de palavra germânica para “Estado”, e remete, assim, a uma compilação de dados sobre este. As estatísticas sociais se institucionalizaram e se consolidaram no século XX, sendo aperfeiçoadas e diversificadas, de modo que são utilizadas hoje como insumo na elaboração de indicadores, tanto pelas CS quanto pelos estados nacionais, órgãos de governo e pesquisadores. Tal trajetória culmina, em termos programáticos, nos anos de 1960, no que é chamado de “movimento dos indicadores sociais”. Esta tendência, congregando diversos analistas, pode ser definida por suas preocupações em discutir o desenvolvimento dos indicadores, sua relação com metas sociais e a formulação de programas de ação, recomendando a feitura de uma contabilidade social sistemática e a obtenção de melhores informações estatísticas (Carley, 1981, 19).

A estatística pode ser considerada, na medida em que busca representar, expressar algo, como um “indicador”, ainda que de teor menos complexo. Trata-se de uma organização em nível básico dos dados, servindo, tanto para estruturar “dados brutos”, quanto como mediadora entre os estes e os “indicadores”. Não é difícil entender a importância das estatísticas sociais para o poder público: é uma informação que auxilia a gestão e as atividades de governo. No entanto, as estatísticas públicas correspondem a um dado social, como nota Jannuzzi (2009, 16), “não inteiramente contextualizado em uma Teoria Social ou Finalidade Programática”. Desse ponto de vista, as estatísticas têm uma utilidade parcial na interpretação da realidade empírica e os indicadores produzidos por outros pesquisadores procuram ir além das mesmas.

Nas CS, a reflexão sobre os indicadores e índices como representações de conceitos tem origem na sociologia norte-americana, envolvendo tanto autores da Escola de Chicago, entre os anos de 1920 e 1930, quanto posteriormente na sociologia funcionalista. No primeiro caso, com a meta de produzir conhecimentos que pudessem



servir para a reforma social, a partir de políticas públicas mais eficientes, o que demonstra a aproximação com o âmbito governamental e suas preocupações.

Mas há também um plano mais teórico, ligado a um aspecto fundamental em todas suas tradições paradigmáticas das CS, que diz respeito à reconstrução da realidade como um estágio fundamental das investigações. Trata-se, conforme a formulação de Florestan Fernandes, da tarefa analítica de “converter os dados imediatos da experiência (ou, o que seria mais preciso, os ‘dados primários’ da investigação) em dados manipuláveis pelo raciocínio científico” (1978, 25). Assim, a produção de indicadores pode ser utilizada como uma (entre outras) estratégia relativa às manipulações analíticas pelas quais um pesquisador realiza observações e descrições sobre os fenômenos (ou conceitos) estudados, de modo a reconstruir sinteticamente os mesmos.

Nessa linha, dentre os autores que refletiram sobre os indicadores nas CS, Lazarsfeld (1979) defendeu a utilidade da decomposição de conceitos em elementos empíricos observáveis e mensuráveis. As ponderações desse autor abordam o modo como um pesquisador poderia caracterizar seu objeto, e enfatizam o processo de escolha das propriedades principais do mesmo. A partir deste estágio, seriam escolhidas variáveis capazes de medir os objetos e conceitos, buscando compreender as relações explicativas entre as propriedades existentes.

A produção de índices resultaria, igualmente, da síntese de indicadores empíricos, permitindo “traduzir” conceitos complexos em termos empíricos. Busca-se, desse modo, passar-se de uma noção ou imagem mais ou menos vaga para um conceito e deste para um índice do mesmo. As quatro etapas propostas pelo autor para a elaboração dos índices são utilizadas até hoje, sendo um procedimento usual na produção dos mesmos, e são as seguintes: “a representação literária do conceito, a especificação das dimensões, a escolha de indicadores observáveis e a síntese dos indicadores ou a elaboração de índices” (Lazarsfeld 1979, 36). Por “dimensões” se devem entender os diferentes elementos de um conceito, deduzidos analiticamente do conceito geral ou empiricamente da estrutura de suas inter-relações. Outros termos, como “componentes”, “aspectos”, “descritores” ou “propriedades” são utilizados com sentido análogo ao de “dimensão”. Como nota a literatura sobre o assunto, a escolha das dimensões que decompõem um conceito é uma etapa complexa e fundamental.

Deve-se, pois, realizar essa etapa, a partir de um bom conhecimento sobre as relações entre os indicadores, em termos da composição do índice desejado. Um exemplo esclarecedor: pode-se incluir um indicador sobre a criminalidade na



decomposição do conceito de “integração” numa comunidade? Neste caso, Lazarsfeld recomenda que sejam feitos “estudos de validação” que mostrem a correlação entre a criminalidade e os outros indicadores escolhidos, para consolidar tal escolha. A utilização de um número suficientemente elevado de indicadores, de modo a compensar possíveis efeitos negativos de um deles, é outra operação recomendada.

Uma dificuldade adicional dessa etapa de escolha das dimensões consiste no fato de que ela é feita sem limites prévios ou evidentes, sendo, então, até certo ponto arbitrária. Isso influencia a validade da medida de determinado conceito, e esta, ainda que seja vista, por Lazarsfeld e outros autores, como indireta e probabilística, não deixa de ser uma questão embaraçosa. Quando termina o número de dimensões (e indicadores) em que um conceito pode ser especificado? Para Lazarsfeld, o que justifica o término dessa operação é a redundância que se observe não eleição das dimensões.

Uma crítica a essa proposta, no que se refere à escolha dos indicadores, é feita por Almeida e Pinto (1975). Os autores notam que a dedução puramente “lógica” da representação mental (noção) da qual se parte para a construção do conceito é pouco eficaz como operação transformadora, capaz de operar uma ruptura com o campo ideológico. Por isso, salientam a necessidade de circunscrever o conceito numa problemática teórica. Observam, assim, que, no processo de composição dos índices,

logo no momento em que se procede à “análise dimensional” serão acionadas não só uma *teoria* (apenas implícita ou efetivamente referenciada) que permita derivar “logicamente” as “dimensões” ou deduzi-las de um “aspecto” já retido, mas também *técnicas* que previamente controlem o grau de rigor das correlações empiricamente observadas. A partir do que sobre seleção de indicadores se disse, poderá também concluir-se da sua dependência em relação ao “marco teórico com que se está trabalhando e a uma série de decisões referentes às possibilidades técnicas de medição” (Korn, 1969, 11). O trabalho de combinação dos indicadores em índices, pelo fato de exigir uma análise das respectivas relações, não será também indiferente à localização teórica do objeto a construir e a um “controle” técnico adequado. Implicadas estão, pois, em todas as operações, não só técnicas, como teorias [...]. (Almeida e Pinto, 1975, 424)

A partir dessa argumentação, que ressalta a diferença entre a linguagem conceitual e a linguagem comum, nota-se, ao mesmo tempo, que os conceitos devem ser pensados a partir do sistema conceitual em que se inserem, de modo que os autores concluem que “o procedimento proposto por Lazarsfeld, contendo em si mesmo um *controle* metodológico implícito, deve ser objeto de uma crítica epistemológica cada vez que for acionado” (Almeida e Pinto, 1975, 428).

É válido reter o que foi exposto até aqui por meio de uma figura, que esquematiza uma “pirâmide da informação” em que os termos mencionados podem ser distribuídos por ordem de elaboração e de abstração.

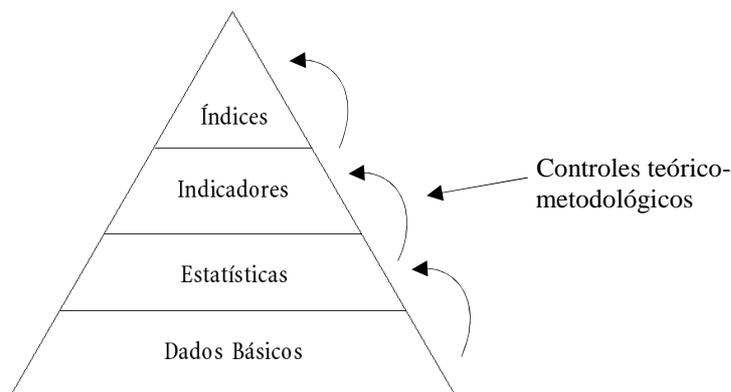


Figura 1. Pirâmide da Informação
Fonte: Adaptado de Ribeiro (2009)

Uma última distinção importante diz respeito à temporalidade ao quais dados, estatísticas, indicadores e índices remetem. Eles podem ser elaborados sobre o passado, e seriam, então, “históricos”, assim como podem combinar informações deste tempo e do presente, em “séries históricas” ou, ainda, ser relativos ao tempo contemporâneo (eventualmente prevendo um futuro, quando se planeja a continuidade de elaboração do indicador) do analista. Nesse caso, são por vezes chamados de “indicadores de diagnóstico” e as informações poderão servir tanto à análise quanto à intervenção social.

Na sequência, serão apresentadas e discutidas algumas experiências de uso de indicadores, na pesquisa internacional e brasileira. Procura-se destacar, em particular, as justificativas apresentadas pelos trabalhos, pois estas trazem argumentos sobre os possíveis aportes ao conhecimento sobre a comunicação, por meio do uso de indicadores, na investigação da área. Na conclusão, o trabalho irá retomar o tema da pertinência de uso de dados quantitativos nas investigações, pensando em termos de possíveis combinações metodológicas.

3 Experiências, justificativas e aportes de conhecimento

Com o objetivo de construir um marco para a avaliação do desenvolvimento da mídia, a UNESCO conduziu um debate que teve como resultado um documento publicado originalmente em 2008 (UNESCO, 2010), propondo uma série de indicadores que podem ser úteis para este tipo de análise. A publicação é justificada como um instrumento de diagnóstico da mídia, percebida como setor estratégico nas sociedades



modernas. “Os canais de mídia são cruciais para o exercício da liberdade de expressão porque proporcionam a plataforma pública pela qual o direito é efetivamente exercido” (UNESCO, 2010, 1), ressalta o documento.

Além de uma série de potencialidades positivas existentes na mídia (canal de informação, educação e cultura para os cidadãos; mediadora de debates públicos democráticos etc.), o documento da UNESCO nota o seu possível papel disruptivo nas sociedades. Isso ocorre, por exemplo, quando a mídia reforça desigualdades e atua a partir de interesses particulares ou promove a segregação e conflitos.

Em síntese, nota-se que a mídia tem um papel importante e complexo no desenvolvimento humano e das sociedades em que atua. Essas características reforçam a importância da análise e elaboração de estratégias para que os melhores fins sejam obtidos com os canais de mídia existentes, percebendo modelos e práticas mais adequados. Tal objetivo é que justifica o desenvolvimento e a adoção de “indicadores de desenvolvimento da mídia”. Estes poderiam favorecer a avaliação, monitoramento e a adoção de políticas públicas para o setor, de modo a fortalecer seu desenvolvimento com base em aspectos como os expostos (pluralismo, democracia etc.).

Nessa direção, a proposta expõe outros princípios, já assumidos pela UNESCO, em diferentes declarações e Programas (com respeito ao desenvolvimento da mídia comunitária e recursos humanos para a mídia, por exemplo) que formam um arcabouço a partir do qual são desenvolvidas cinco categorias de análise: Sistema regulatório, Diversidade, Plataforma democrática, Capacitação profissional e Infraestrutura, que são operacionalizadas a partir de diferentes indicadores.

Embora se faça a ressalva de que os indicadores propostos “não têm o objetivo de oferecer uma análise longitudinal, ao longo do tempo, tampouco ser um instrumento de comparação dos diferentes países” (UNESCO, 2010, 5) essas ações não são impróprias, com precauções, e podem mesmo, inclusive, ajudar na compreensão dos contextos em que a mídia apresenta diferentes configurações. De qualquer modo, o documento afirma que a proposta configura uma “ferramenta analítica destinada a ajudar as partes interessadas a avaliar o estado da mídia e a mensurar o impacto dos seus programas de desenvolvimento” (idem).

A proposta é extensa e abrangente, o que se relaciona ao próprio objetivo da análise coletiva das categorias: gerar uma “imagem integrada do ambiente da mídia” ou, em outros termos, “um mapa completo da ecologia da mídia” (UNESCO, 2010, 8). O documento observa que todas as categorias são igualmente importantes, sugere-se,



porém, que a proposta possa ser adaptada a determinado contexto nacional. Os “indicadores-chave” são apresentados a partir de uma discussão e contextualização a propósito de suas questões principais, da qual decorrem subindicadores, que dariam sentido às categorias de desenvolvimento da mídia. São apontados também meios de verificação (decretos, leis, evidências empíricas, relatórios e outros, conforme o tipo de indicador) e fontes de dados. Em termos do papel de monitoramento assumido pela proposta, o documento nota que a

estrutura [de análise] pode ser conceitualizada como um processo de “aprofundamento” que vai do resultado desejado de desenvolvimento da mídia para os meios específicos de verificação do grau de atingimento desse resultado na prática. (UNESCO, 2010, 7)

Com efeito, tanto pelas discussões apresentadas quanto pela proposta em si, o documento da UNESCO se coloca como um marco importante para a produção e uso de indicadores com os fins mencionados. Por outro lado, apesar da amplitude, não esgota as possibilidades de avaliar a comunicação e a mídia, em suas diferentes áreas, como no jornalismo. Isso, é claro, sugere possíveis adaptações, contextualizações e desdobramentos. Nessa vertente, em consonância com a proposta da UNESCO, situa-se o estudo de Christofletti (2010), que faz uma discussão sobre a “qualidade” no jornalismo brasileiro. O trabalho apresenta, ainda, uma descrição histórica que elenca práticas, ao longo do tempo, que demonstram a preocupação com a temática, buscando conceitualizar esse termo complexo. Realiza-se, por fim, uma pesquisa de diagnóstico sobre o mesmo, a partir de entrevistas com gestores de publicações impressas relevantes; nesta etapa de coleta de dados é feita uma apuração de indicadores da qualidade, em termos das práticas jornalísticas adotadas (ou não) pelos veículos.

Também bastante convergentes com a ideia de mapeamento e diagnóstico do setor de mídia são os trabalhos desenvolvidos pelo coletivo Intervezes (2005, 2010), a propósito da elaboração de “indicadores do direito à comunicação”. Na última pesquisa, em particular, existe uma preocupação em discutir o conceito central, pensando-o para o contexto brasileiro, e desdobrá-lo em questões observáveis analiticamente, de modo a dar “início ao desenvolvimento de indicadores que permitam à sociedade quantificar e qualificar os elementos fundamentais que indicam a efetivação do direito à comunicação, estabelecendo referências normativas para isso” (Intervezes, 2010, 15-16). Nota-se, num âmbito geral, que essa iniciativa é justificada, em linha com os argumentos da UNESCO, na medida em que



acompanhar o grau de desenvolvimento do direito à comunicação torna-se um elemento central para acompanhar o grau de desenvolvimento da democracia de um país. Nesse sentido, é preciso garantir diagnósticos, monitoramento e avaliação do funcionamento do setor e das políticas públicas nesta área. A ausência de referências consolidadas e de medição da maioria das questões ligadas à comunicação no Brasil, inclusive no tocante ao próprio mercado, dificulta a reunião de informações organizadas como instrumento para balizar ações da sociedade civil e do Estado para promoção e garantia do direito à comunicação. (Intervozes, 2010, 16)

Evidencia-se nesse conjunto de discussões e justificativas uma opção investigativa que procura estabelecer nexos entre a teoria e a prática, com respeito à situação da mídia. Busca-se, assim, conforme os resultados do que é apurado ou do que se irá apurar algum tipo de ação de aperfeiçoamento da realidade. Isso poderá se dar por meio de processos de formulação de políticas públicas, nas quais a sociedade civil organizada participe, respaldada pelos indicadores sociais, o que seria outra justificativa para a produção dos mesmos, como também notara Carley (1981). Em termos similares, Jannuzzi (2009) expressa o possível empoderamento da sociedade civil, a partir do controle sobre as ações do poder público, para as quais os indicadores podem colaborar. O delineamento de pesquisa dos trabalhos sobre a mídia apresentados até aqui, não tem sido muito comum ou sistemático. Daí, a relativamente pequena tradição de feitura e uso de indicadores, a partir de preocupações programáticas e teóricas da qual partem estes trabalhos, no contexto brasileiro⁴.

Deve-se notar que há, pois, um vasto campo para a expansão de esforços relativos à articulação entre a pesquisa acadêmica e a análise administrativa ou política orientada para a ação. É provável esperar, nessa linha, que da parceria, firmada entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, órgão do governo federal, e entidades da área da comunicação como a Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação – Socicom resultem novos trabalhos, além dos estudos que já foram publicados, buscando elaborar um panorama do setor de comunicação e das telecomunicações no Brasil (Castro et al., 2010).

Cabe observar, por outro lado, que existem iniciativas de produção de indicadores em instituições não-governamentais, com objetivos programáticos, que tomam a mídia e os meios de comunicação como um espaço de representação ou variável relativa a problemáticas diversas. Não há, nesses levantamentos, sempre, um

⁴ As próprias estatísticas sobre a comunicação, produzidas pelo governo, não têm constância e desenvolvimento expressivo. Há estatísticas produzidas também por entes privados (por exemplo, os Anuários Mídia Dados, do Grupo de Mídia de São Paulo), mas estas estão, muitas vezes, dispersas. O meio digital e a internet favorecem, porém, a divulgação e socialização das estatísticas, hoje.



foco específico na comunicação, porém, são elaborados indicadores que ajudam a caracterizar o situação da mesma, como no caso de estudos feitos pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, voltados à análise da cobertura da mídia sobre temáticas como a infância (ANDI, 2005). O mesmo tem sido feito, em termos de monitoriamente da imprensa, a respeito da cobertura de casos de corrupção (Abramo, 2007) e sobre a propriedade de veículos de comunicação por políticos (Abramo, 2008), no caso da associação Transparência Brasil.

Uma vertente recente parece indicar a importância que começa a ser dada ao uso de métricas pelos próprios agentes do mercado. Assim pode ser entendida a proposta feita pelo Instituto Ethos e pela Associação Nacional de Jornais – ANJ (2008) de um instrumento com variadas questões sobre “indicadores de responsabilidade social”. Embora constitua fundamentalmente um meio de autodiagnóstico para as empresas, a agregação dos dados poderá fornecer um panorama sobre as empresas jornalísticas, a propósito das questões sob as quais os indicadores são desenvolvidos. Tal informação poderá ser útil para analisar a generalidade dos resultados de outros estudos; certas questões possuem, por exemplo, afinidade com alguns dos indicadores sobre a “qualidade do jornalismo” do trabalho de Christofolletti (2010).

Ainda no caso brasileiro, mas com fins mais analíticos, Lima e Lopes (2007) produziram e manipularam dados sobre a outorga de rádios comunitárias. A partir da preocupação em analisar e verificar a existência de um “coronelismo eletrônico de novo tipo”, os autores notam que há uma centralização na esfera Federal da atividade de outorga e que, embora o Legislativo compartilhe com o governo a responsabilidade pelas autorizações às rádios, em função da morosidade do primeiro, o Executivo utiliza-se das concessões como “moeda de barganha política”.

O pressuposto que embasa o “coronelismo eletrônico” é que as rádios seriam instrumentalizadas politicamente, de modo que, “a moeda de troca continua sendo o voto, como no velho coronelismo. Só que não mais com base na posse da terra, mas no controle da informação – vale dizer, na capacidade de influir na formação da opinião pública” (Lima e Lopes, 2007, 3). O trabalho tem o mérito de mensurar e apontar uma situação de controle por políticos ou associações “de fachada” de emissoras, principalmente por meio de indicadores sobre a propriedade. E certos estudos qualitativos, como o de Nunes (2004), evidenciam, de fato, uma instrumentalização política (e comercial) da radiodifusão comunitária em situações desse tipo. Porém, dada a morosidade e complexidade do processo de outorga, discutidas no trabalho, é possível



pensar que essa “propriedade” pode significar um “apadrinhamento”, cuja implicação em termos de instrumentalização política é, até certo ponto, incerta, em termos mais gerais. Assim, outras dimensões do conceito de “coronelismo eletrônico” poderiam infirmá-lo empiricamente de modo claro. O estudo de teor generalizante, de uma amostra significativa de emissoras, poderia reforçar a correlação entre propriedade (por políticos ou não) e instrumentalização. O que é relevante notar nesta discussão é como múltiplos indicadores podem favorecer a constituição de um índice mais robusto.

Outro trabalho importante, dessa vez no contexto internacional, do ponto de vista do uso de indicadores com fins analíticos, é o estudo de Hallin e Mancini (2010) sobre os “sistemas de mídia”, em países do continente europeu e da América do Norte. O trabalho elabora modelos (tipos ideais) de sistemas de mídia a partir de quatro dimensões analíticas: o Mercado da mídia, o Paralelismo político, o Desenvolvimento do jornalismo profissional e o Papel do estado no setor da comunicação. Para caracterizar essas dimensões foi feito um uso sistemático de indicadores (dos sistemas de mídia e políticos), bem como descrições qualitativas, com discussões sobre a decomposição dos conceitos nas variáveis relacionadas.

Desse modo, a investigação elaborou três modelos de sistemas de mídia (pluralista polarizado, corporativista-democrático e liberal), com o objetivo de identificar as conexões entre estruturas políticas e de meios de comunicação. Estes modelos foram submetidos a comparações para testar hipóteses sobre as questões de interesse e realizar uma discussão geral a respeito das tendências verificadas (como a convergência ao modelo liberal e possíveis aspectos problemáticos dessa tendência). O resultado, em nível mais geral, é uma modelização das relações entre mídia e política, servindo como um enquadramento para a análise de outros sistemas de mídia regionais ou nacionais. Azevedo (2006) utiliza essa proposta como base para a discussão do caso brasileiro, utilizando descrições históricas da mídia no país e indicadores locais.

Em trabalhos como o de Hallin e Mancini (2010), é explícita a localização dos indicadores em determinado marco teórico, de modo que eles atuam como “um parâmetro ou uma variável num modelo sociológico de um sistema social ou de algum segmento de um sistema social” (Carley, 1981, 75). Para tanto, é importante que o pesquisador busque desenvolver vínculos ou conexões causais entre os indicadores, tornando explícitas as teorias que lhes dão sentido. Carley (1981) nota que a relação dos indicadores com a teoria social é um processo em duas etapas, a primeira consistindo na elaboração de determinada hipótese (proposição empiricamente verificável) sobre a



relação entre uma variável (indicador) e outra. Em seguida, há o teste e averiguações adicionais para reforçar a teoria social postulada. “Num sentido mais amplo, isso equivale a verificar em que medida a relação postulada entre indicador e indicando corresponde ao comportamento manifesto em uma série de observações da vida real (a amostra)” (Carley, 1981, 79). Para o autor, isso está diretamente relacionado à validade externa e interna de um indicador.

É possível sintetizar a discussão feita até o momento, em termos do que aportam os trabalhos sobre os indicadores para o estudo da comunicação, em particular na sua interface com a mídia, destacando, novamente, tanto seu caráter teórico quanto programático. Neste caso, eles podem colaborar na orientação de uma ação social mais consciente, favorecendo processos de mobilização e discussão.

Do ponto de vista da elaboração e construção de teorias, os indicadores podem ser utilizados no teste e desenvolvimento das mesmas, bem como para a estruturação de objetos científicos mais bem elaborados. De uma perspectiva que ressalta a integração de dados quantitativos a enfoques de investigação social, Horkheimer e Adorno (1973) apontaram outra questão importante. Os autores notam a necessidade de que tais dados não sejam utilizados de modo a transformar a investigação social numa “simples técnica, em que o método se conserva divorciado dos interesses pelo verdadeiro objeto da ciência” (Horkheimer e Adorno, 1973, 130). Advogam uma unidade entre a teoria e *praxis*, o que implica um uso teoricamente informado dos indicadores.

Estes, em sua elaboração por um investigador ou quando se utilizam dados já produzidos, devem ser submetidos a uma crítica. Almeida e Pinto (1975) notam que os indicadores sociais, sobretudo os produzidos no contexto da administração, não exprimem estritos conceitos teóricos, tendo muitas vezes origem em problemáticas ideológicas, por isso, precisam ser submetidos a controle. Questões metodológicas com respeito à elaboração dos mesmos também devem ser consideradas. É importante:

A análise dos limites de validade dos indicadores disponíveis na contabilidade social, bem como a das respectivas potencialidades de transformação [pelo pesquisador] de acordo com os objetivos de conhecimento que as investigações empíricas se propõem, não poderá portanto fazer-se na ignorância das condições sociais, nomeadamente institucionais, que propiciaram a sua obtenção. (Almeida e Pinto, 1975, 432)

Por outro lado, pode-se, com as preocupações mencionadas, destacar as possibilidades de interação entre uma e outra tendência (programática ou analítico-teórica) na elaboração e uso de indicadores sociais.



4 O uso de indicadores em pesquisas qualitativas e a “triangulação metodológica”

Retoma-se, por fim, o tema da “tensão paradigmática” a respeito das abordagens quantitativas e qualitativas, bem como, em associação, sobre o uso de indicadores nas investigações. Como os indicadores são quase sempre numéricos, presumindo uma aceitação de que é possível medir os fenômenos, para certos investigadores qualitativos, eles podem ter pouca relevância. Isso ocorre, principalmente, quando se julga que as metodologias qualitativas e quantitativas possuem epistemologias diferentes – quase opostas ou contraditórias (por exemplo, Orozco, 1997). A primeira enfatizando a imbricação entre sujeito/objeto da investigação e o raciocínio indutivo; enquanto a segunda estaria mais próxima da ideia da separação sujeito/objeto e da lógica dedutiva.

No entanto, é extremada a posição de que *nenhum dado* quantitativo possa ser utilizado numa investigação qualitativa, e vice-versa. Na prática cotidiana, é comum que pesquisadores quantitativos realizem distinções qualitativas e os qualitativos descrevam quantidades. Neste caso, basta pensar no fato de que quantidades podem expressar aspectos qualitativos sobre um fenômeno ou contexto, ademais, as descrições (“dados”) podem ser submetidas a um processo de quantificação. Essa imbricação é reforçada pelo fato de que, como notam Carvalho et al. (2006, 53):

Qualquer medida ou quantificação opera sobre qualidades previamente definidas: elementos simples, categorias, classes, grupos de eventos similares, etc. Qualidades são, portanto, necessariamente anteriores à quantificação, e quantidades implicam qualidades. Reciprocamente, tratamentos quantitativos baseados em categorização contribuem, frequentemente, para o refinamento qualitativo do sistema de categorias.

Além desse aspecto básico, o debate metodológico recente, como mostra Duarte (2006), ainda que nem sempre tenha consenso, demonstra a maior abertura para o uso de diferentes métodos, dependendo dos objetos de investigação. Nessa direção, o conceito de “triangulação” tem ganhado relevo, e por isso vale notar, seguindo a autora mencionada, alguns de seus sentidos e implicações nesta discussão.

Uma “visão clássica” sobre o conceito de triangulação diz respeito à possibilidade de que resultados produzidos a partir de diferentes métodos permitam uma validação mútua. Essa ideia é criticada pelos que avaliam que os resultados obtidos por abordagens qualitativas e quantitativas são incomensuráveis, pois partiriam (em sua construção) de “lentes sociais” diversas. Porém, outra via de reflexão sobre a convergência metodológica é por meio do argumento de que a triangulação não remete apenas à noção de validade (consistência interna e generalização), mas relaciona-se



também à possibilidade de se realizar um estudo mais completo e holístico de um fenômeno. Nessa linha, pode-se pensar a triangulação metodológica como

forma de integrar diferentes perspectivas no fenômeno em estudo (complementaridade) (Kelle, 2001; Kelle e Erzberger, 2005; Flick, 2005a), como forma de descoberta de paradoxos e contradições (Kelle e Erzberger, 2005), ou como forma de desenvolvimento, no sentido de utilizar sequencialmente os métodos para que o recurso ao método inicial informe a utilização do segundo método (Greene et al., 1989). (Duarte, 2006, 14)

Caminhos como esses apontam, pois, para possibilidade de integração de dados quantitativos, como os dos indicadores, a investigações qualitativas (ou que usem também essa abordagem), como alguns dos trabalhos comentados (é o caso do estudo de Hallin e Mancini, 2010), aliás, já fazem na pesquisa em Comunicação.

Referências

ABRAMO, C. W. **Como são nossos parlamentares**. São Paulo, Transparência Brasil, jan. 2008. Disponível online: <http://www.transparencia.org.br/docs/excelencias.pdf>. Acesso em 20/05/2011.

_____. Brazil: A Portrait of Disparities. **Brazilian Journalism Research**, v. 3, n. 1, p. 93-107, 2007. Disponível online: <http://bjr.sbpjor.org.br/index.php/bjr/article/view/101/100>. Acesso em 20/05/2011.

ALMEIDA, J. F. de; PINTO, J. M. Teoria e investigação empírica nas ciências sociais. **Análise Social**, v. 11, n. 42-43, p. 365-445, 1975. Disponível online: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912596D11PA2iy3Nz71OD5.pdf>. Acesso em 20/05/2011.

ANDI. **Relatório Infância na Mídia**. Ano 10, n. 14, Brasília, ANDI, jul. 2005. Disponível online: <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/publicacao/infancia-na-midia-14a-edicao>. Acesso em 20/05/2011.

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 88-113, abr./maio 2006.

BARRETO, A. de A. A estrutura do texto e a transferência da informação. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 6, n. 3, jun. 2005. Disponível online: <http://aldoibct.bighost.com.br/A%20estruturadoTexto.pdf>. Acesso em 16/04/2011.

CASTRO, D.; MARQUES DE MELO, J.; CASTRO, C. (orgs.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília, Ipea, 2010. 3 v.

CARLEY, M. **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

CARVALHO, A. M. A.; PEDROSA, M. I.; AMORIM, K. S. Retomando o debate qualidade x quantidade: uma reflexão a partir de experiências de pesquisa. **Temas em Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 51-62, 2006.

CHRISTOFOLETTI, R. Indicadores da Qualidade no Jornalismo: políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros. **Debates CI**, nº 3, nov. 2010. Disponível online: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189915por.pdf>. Acesso em 20/05/2011.



DUARTE, T. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). **CIES e-Working Papers**, n. 60, 2009. Disponível online: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP60_Duarte_003.pdf. Acesso em 12/06/2011.

FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 3ª ed., 1978.

HALLIN, D. C. & MANCINI, P. **Sistemas de mídia**: estudo comparativo - três modelos de comunicação e política. Lisboa, Livros Horizonte, 2010.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (orgs.). Sociologia e investigação social empírica. In: _____ (orgs.). **Temas básicos da sociologia**. São Paulo, Cultrix/Edusp, p. 120-131, 1973 (Publ. original: 1956).

INSTITUTO Ethos/ANJ. **Indicadores Ethos-ANJ de Responsabilidade Social Empresarial para o Setor de Jornais**. São Paulo, Instituto Ethos, ANJ - Associação Nacional de Jornais, agosto 2008. Disponível online: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-67fIndicadores%20Ethos%20ANJ%20de%20RSE.pdf>. Acesso em 20/05/2011.

INTERVOZES. **Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação**. São Paulo, Intervozes, 2010.

_____. **O direito à comunicação no Brasil**. Relatório para o Projeto de Governança Global/Campanha CRIS. São Paulo, Intervozes, 2005.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP, Ed. Alínea, 4ª ed., 2009.

JENSEN, K. B. Introducción: el cambio cualitativo. In: JENSEN, K. B.; JANKOWSKI, N. W. (eds.). **Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas**. Barcelona, Bosch, p. 27-56, 1993.

LAZARSELD, P. De los conceptos a los índices empíricos. In: BOUDON, R.; LAZARSELD, P. **Metodología de las ciencias sociales**, I. Conceptos e índices. Barcelona, Laia, p. 35-46, 1979.

LIMA, V. A. de; LOPES, C. A. **O coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)**: as autorizações de emissoras como moeda de barganha política. Observatório da Imprensa/ProJor, 2007. Disponível online: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf. Acesso em 10/05/2011.

NUNES, M. V. As Rádios Comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000). **Revista de Sociologia e Política**, n. 22, p. 59-76, jun. 2004.

OROZCO GÓMEZ, G. **La investigación en comunicación desde la perspectiva cualitativa**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 1997.

RIBEIRO, J. **Conceitos básicos dos indicadores**. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2009. Disponível online: http://www.sei.ba.gov.br/formularios_internet/arquivos/conceitos_basicos_indicadores.pdf. Acesso em 15/06/2011.

UNESCO. **Indicadores de desenvolvimento da mídia**: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação. Brasília, UNESCO, 2010. Disponível online: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163102por.pdf>. Acesso em 20/05/2011.